

Produção do Espaço e Dinâmica Regional


A influência do ontem no hoje: a segregação socioespacial construída através da história de Fortaleza

The influence of yesterday on today: socio-spatial segregation built throughout the history of Fortaleza

La influencia del ayer en el hoy: la segregación socioespacial construida a lo largo de la historia de Fortaleza

Josafá Melo Nogueira^I , Francisco Casimiro Filho^{II} ,
Maria Inês Escobar da Costa^{II} 

^I Universidade de São Paulo , São Paulo, SP, Brasil

^{II} Universidade Federal do Ceará , Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do espaço urbano fortalezense e sua dinâmica de segregação socioespacial. A metodologia baseou-se em levantamento e revisão bibliográfica de artigos, teses e dissertações, com foco em dois períodos históricos: as secas de 1877, 1915 e 1932; e a constituição e expansão das favelas e conjuntos habitacionais nos séculos XX e XXI. Foram georreferenciadas cartografias com as localizações dos abarracamentos e campos de concentração, além da utilização de *shapefiles* dos assentamentos precários e conjuntos habitacionais da cidade. Os resultados indicam que Fortaleza se desenvolveu sob uma lógica de segregação socioespacial da população vulnerável, iniciada com o direcionamento dos refugiados das secas para áreas de confinamento. Esse processo se intensificou com a urbanização e o crescimento das periferias, habitadas por descendentes desses migrantes. Por fim, a análise revela um modelo de urbanização típico de cidades periféricas, que tende a afastar os efeitos da desigualdade para as bordas urbanas, mantendo as áreas centrais reservadas às elites econômicas e políticas.

Palavras-chave: Desigualdade urbana; Migrações; Exclusão socioespacial

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the construction of urban space in Fortaleza and its dynamics of socio-spatial segregation. The methodology was based on a survey and bibliographical review of articles, theses and dissertations, focusing on two historical periods: the droughts of 1877, 1915 and 1932; and the constitution and expansion of slums and housing estates in the 20th and 21st centuries.

Cartographies were georeferenced with the locations of shantytowns and concentration camps, as well as using shapefiles of the city's precarious settlements and housing estates. The results indicate that Fortaleza has developed under a logic of socio-spatial segregation of the vulnerable population, which began with directing refugees from the droughts to areas of confinement. This process intensified with urbanization and the growth of the peripheries, inhabited by descendants of these migrants. Finally, the analysis reveals an urbanization model typical of peripheral cities, which tends to push the effects of inequality to the urban fringes, keeping the central areas reserved for the economic and political elites.

Keywords: Urban inequality; Migration; Socio-spatial exclusion

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la construcción del espacio urbano en Fortaleza y su dinámica de segregación socioespacial. La metodología se basó en un estudio y revisión bibliográfica de artículos, tesis y disertaciones, centrándose en dos períodos históricos: las sequías de 1877, 1915 y 1932; y la constitución y expansión de favelas y urbanizaciones en los siglos XX y XXI. Las cartografías se georreferenciaron con la localización de chabolas y campos de concentración, además de utilizar *shapefiles* de los asentamientos precarios y urbanizaciones de la ciudad. Los resultados indican que Fortaleza se ha desarrollado bajo una lógica de segregación socioespacial de la población vulnerable, que comenzó con la orientación de los refugiados de las sequías hacia zonas de confinamiento. Este proceso se intensificó con la urbanización y el crecimiento de las periferias, habitadas por descendientes de estos migrantes. Por último, el análisis revela un modelo de urbanización típico de las ciudades periféricas, que tiende a empujar los efectos de la desigualdad hacia la periferia urbana, manteniendo las áreas centrales reservadas a las élites económicas y políticas.

Palabras-clave: Desigualdad urbana; Migración; Exclusión socioespacial

1 INTRODUÇÃO

As cidades em países periféricos são vistas por seus moradores como locais de oportunidades e satisfação, porém um espaço também de baixa qualidade de vida, por conta da criminalidade, poluição, engarrafamento e estresse (SOUZA, 2011), havendo um jogo dialético de pobreza e riqueza no território urbano (SANTOS, 2005). Essa característica, do espaço urbano, presente não apenas nas regiões periféricas do planeta, mas nelas estão mais enraizadas e expostas, acontece principalmente porque houve um crescimento rápido, porém, sem o desenvolvimento urbano, como exposto por Lefebvre (2002).

Ademias, as cidades surgem da concentração espacial e social de um excedente de produção, sendo uma espécie de fenômeno de classes “[...] uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...]” (HARVEY,

2014, P. 30), fazendo com que esses espaços urbanos sejam construídos a partir da concentração de riqueza, e muitas vezes de poder, em uma pequena parcela da população. Essa questão econômica, de exploração e concentração, de acordo com Santos *et al.* (2017), é um dos vetores da desigualdade presente na produção do espaço urbano, em especial na América Latina.

Essa desigualdade, que está intrínseca na construção das cidades capitalistas, é um dos principais aspectos que promove a segregação socioespacial e simultaneamente reforça essas desigualdades (MARICATO, 2003; SOUZA, 2011). De acordo com Villaça (2001, p. 142), “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole”, ela vem diversas vezes acrescida de adjetivos, como urbano, ambiental, territorial, mas os dois principais são os socioespaciais e os residenciais, porém não apresentam grandes diferenças conceituais e se baseiam na mesma ideia de Villaça (2001).

A segregação pode ocorrer devido a diversos aspectos, como étnico-racial, religiosa e socioeconômica, porém a forma que as classes ocupam o espaço de forma induzida ou não tem como principal base econômica (NEGRI, 2010). No Brasil, a segregação acontece, principalmente, através de fatores socioeconômicos, porém outro fator atua de forma indireta no país, a racial, visto que a maior parte da população encontrada em favelas e assentamentos ilegais são afrodescendentes (SOUZA, 2011) devido ao período de escravidão dos povos africanos.

Vale ressaltar que a questão da moradia, seu acesso e/ou sua falta de acesso estão intrínsecos à segregação nas cidades, pois ambos são produtos de um mercado imobiliário que vende a paisagem como símbolo de distinção (MARICATO, 2013a). Esse mesmo mercado, procuram terras com melhores características físicas e de beleza cênica, fazendo com que uma parcela privilegiada ocupe esses espaços enquanto a população pobre ocupa espaço ambientalmente sensíveis, como morros e alagados (BITOUN, 2005).

Essa situação de desigualdade e segregação no espaço urbano manifesta-se de forma particularmente evidente na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, que figura

entre as mais desiguais do Brasil no que se refere ao acesso à moradia (Pequeno, 2023). Tal desigualdade impacta direta e indiretamente o direito de vivenciar plenamente a cidade, como lazer, trabalho, educação e saúde. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do espaço urbano fortalezense e sua dinâmica de segregação socioespacial, com ênfase na influência das migrações do sertão para a cidade ocorridas entre o final do século XIX e o século XX, bem como nas formas de acolhimento e inserção ou exclusão desses migrantes no espaço urbano.

2 METODOLOGIA

Com o a finalidade de alcançar o objetivo desta pesquisa, realizou-se um levantamento e revisão bibliográfica por meio de livros disponibilizados pela rede de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC); ebooks encontrados de forma gratuita na internet; artigos encontrados nas plataformas SciElo, Google Acadêmico, Repositório da CAPES e de universidades, principalmente da UFC; e monografias, dissertações e teses encontrados nos repositórios, em especial, da UFC e UECE (Universidade Estadual do Ceará). Esse levantamento bibliográfico, foi dividido em dois períodos da história da cidade: as secas de 1877, 1915 e 1932; e a constituição e expansão das favelas e conjuntos habitacionais ao longo dos séculos XX e XXI.

Além disso, foram georreferenciadas as cartografias realizadas por Garcia (2006), Pinheiro Neto (2014) e Rios (2014) que apresentam as localizações dos abarracamentos e campos de concentração (Anexo A). Essa etapa da pesquisa foi feita através da ferramenta “Georreferenciador” encontrada no QGIS (3.40.4). Para a sua utilização, além das cartografias, foi necessário um mapa base atual de referência, a fim de identificar pontos em comum entre eles, sendo utilizado imagem do Google Satélite.

Ademais, foi utilizado para melhor visualização dos alojamentos, o dado em *shapefile* da ocupação urbana de Fortaleza de 1932 disponibilizados pelo Plano Fortaleza 2040 vinculado à Prefeitura de Fortaleza. Destaca-se que esse dado foi utilizado para a produção dos 3 mapas referentes a 1877, 1915 e 1932, visto ser o único disponível próximo dos três anos analisados nesse trabalho.

Por fim, para a análise das áreas ambientalmente sensíveis e vulneráveis foram utilizados o “Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza” (SOUZA *et al.*, 2009), produzido pela prefeitura do município durante a elaboração do Plano Diretor de 2009, e o livro “Vulnerabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida em Fortaleza” (DANTAS; COSTA; ZANELLA, 2017), produzido por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Ceará junto ao Observatório das Metrôpoles e ao Projeto Pacto por Fortaleza.

3 CRESCIMENTO URBANO DE FORTALEZA: OS RETIRANTES SERTANEJOS E O INÍCIO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A realidade da capital cearense teve uma grande modificação a partir do século XIX, sendo o primeiro passo dado com a emancipação do Ceará da Capitania de Pernambuco no final do século XVIII e a abertura dos portos brasileiros no início do século XIX, o que fez com que nesse momento a Capitania do Ceará se tornasse autônoma e suas exportação fossem feitas pelo porto de Fortaleza (COSTA, 2014; FUCK JÚNIOR, 2004, PEREIRA; HOLANDA, 2011).

Apesar disso, a mudança realmente aconteceu com a inserção do estado na divisão internacional do trabalho principalmente por meio da produção e exportação do algodão para Europa, que foi intensificado a partir da Guerra de Sucessão (1861-1864) que ocorreu no então maior produtor de algodão, os Estados Unidos, e fez com que o Ceará se tornasse o principal produtor e Fortaleza o principal porto de escoamento e venda dessa mercadoria agrícola (COSTA, 2008; COSTA; 2014; MATOS, 2011; SILVA 1992).

Por meio disso, Fortaleza se transformou não só na sede do poder político, mas também em um grande centro comercial (LEFEBVRE, 2002) da capitania e da região nordeste, sendo o porto instalado no fim do século XVIII localizado na região da Praia do Peixe, atual Praia de Iracema, o responsável por esse desenvolvimento comercial (MATOS, 2011). Esse desenvolvimento, acarretou um crescimento populacional, não tão elevado como ainda iria acontecer, mas relevante, e com isso uma preocupação com

o planejamento da cidade surgiu e foi criado assim o primeiro plano de ordenamento da cidade por Silva Paulet no início do século XIX que desenhou o traçado em tabuleiro de xadrez característico da área central desconsiderando o seu crescimento natural acompanhado pelas curvas do riacho Pajeú (COSTA, 2014; SANTOS, 2017).

Apesar da importância que o litoral teve para o desenvolvimento da capital, por conta das atividades portuárias, a cidade cresceu de costas para o mar, em direção ao sertão, como destacado por Matos (2011). Esse padrão de ocupação pode estar relacionado à dificuldade de instalação em terrenos arenosos, como as dunas fixas e móveis presentes ao longo de toda a costa. Assim, buscou-se terrenos mais estáveis no tabuleiro pré-litorâneo, considerados mais propícios à ocupação (SOUZA *et al.*, 2009). As áreas desprezadas pela elite que estava se formando junto aos detentores do poder, eram ocupadas pelos migrantes vindo do interior em busca de melhores condições e pelos pescadores que tinham o mar como sua fonte de sobrevivência.

Através do crescimento, em 1823, a então vila é levantada a categoria de cidade, tornando-se Fortaleza de Nova Bragança e se inicia a expansão nas regiões, hoje conhecidas, como Poço da Draga, Francisco Sá e Marechal Deodoro (COSTA, 2014; SILVA, 1992). Após isso, houve a construção da estrada de ferro ligando o interior do estado com a capital, que também foi peça fundamental para o crescimento da cidade, visto a facilidade de escoamento da produção e o tráfego rápido de pessoas (SILVA, 1992; MATOS, 2011).

Esse desenvolvimento da cidade Fortaleza a tornou um grande polo de atração populacional, como já foi mencionado, porém foi com as grandes secas de 1877, 1915 e 1932 que a cidade passou a ser um dos principais refúgios dos sertanejos cearenses. Como destacado por Costa (2008), os retirantes escolhiam a capital visto a maior proximidade com o poder público, dando assim maior visibilidade para o problema e também buscando soluções para as principais consequências acarretados pela seca: a falta de água, falta de alimento e falta de trabalho, em resumo a falta de condições básicas para sobrevivência.

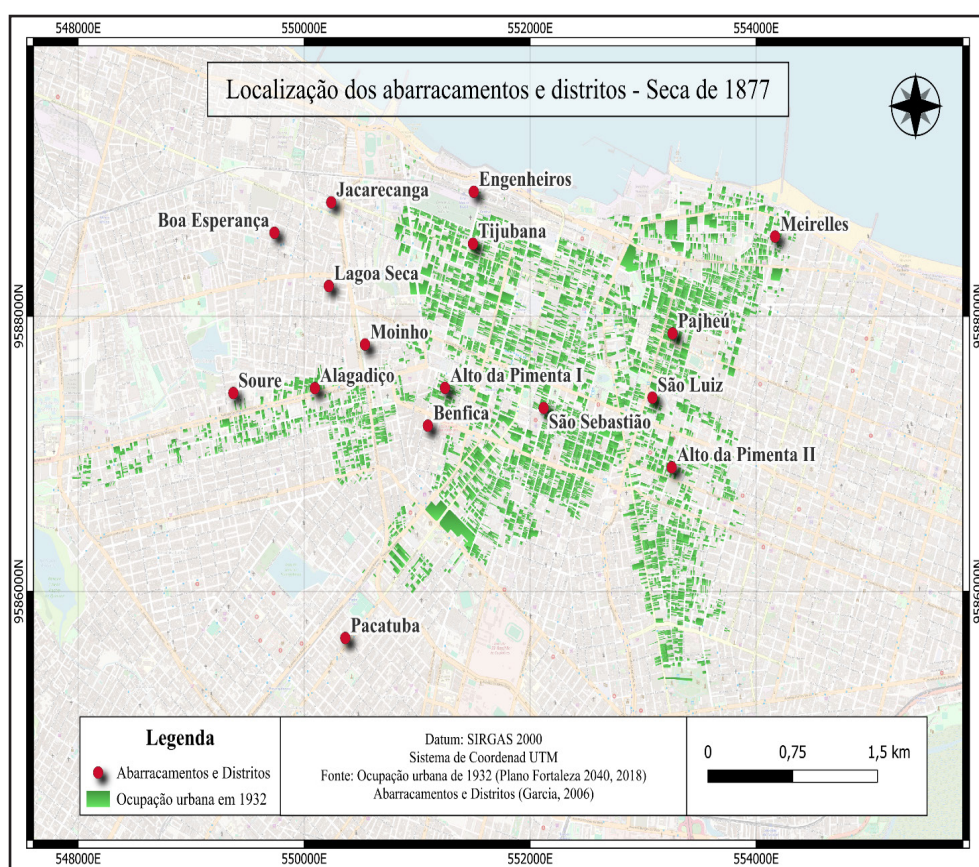
É importante destacar que os períodos de estiagem é umas características intrínseca a região semiárida, porém só veio afetar drasticamente a população sertaneja a partir da seca de 1877 por dois motivos principais: o primeiro é a valorização das terras como bem econômico, provocado pela Lei de Terras de 1850; e o segundo é o avanço da monocultura de algodão que diminuía as áreas de plantação da agricultura de subsistência e do espaços de fuga da seca, as regiões mais úmidas do Ceará. Por meio disso, a migração sertão-capital foi intensificada através da concentração fundiária e da degradação das condições de vida do campo, não sendo mais um problema apenas climático, mas também social, não podendo ser mais ignorado (COSTA, 2008; NEVES, 2002).

A partir de 1877, a capital viu suas ruas lotadas de retirantes que usavam as árvores espalhadas pelas calçadas e praças como moradia, configurava-se assim um cenário onde os sofrimentos e mazelas eram visíveis aos fortalezenses, principalmente a elite que morava na área urbana da cidade (GARCIA, 2006; COSTA, 2008). Essa situação, fazia com que entrasse em crise a preocupação estética, civilizatória, higienista e disciplinar que a burguesia de Fortaleza tanto se orgulhava, formulando assim ideias segregacionistas, de exclusão da população retirante para os arredores da cidade (NEVES, 2002; COSTA, 2004).

Surge nesse cenário a ideia de construção dos abarracamentos, que para Costa (2004) compreendia em várias pequenas cidades de miseráveis dentro de Fortaleza, apesar desses espaços estarem em sua maioria na periferia, em especial nas regiões de sotavento , visto a influência do higienismo e principalmente o debate em torno dos miasmas. Até 1878 foram construídos 13 abarracamentos/ distritos divididos em: Meireles (11.435 hab); São Luiz e Aldeiota (10.102 hab); Pagehu (5.996 hab); Boa Esperança (2.476 hab); Alto da Pimenta I e II (20.035 hab); Bemfica (23.750 hab); São Sebastião (13.800 hab); Tejubana (6.237 hab); Alto do Moinho (9.213 hab); Alagoa-Secca (2.236 hab); Jacarecanga (7.039 hab); Via-Férrea e dos Engenheiros (2.085 hab) (COSTA, 2004).

Esses abarracamentos, estavam inseridos, em sua maioria, fora do centro urbano e ocupando regiões nas margens de corpos hídricos, como o caso do Pagehu e São Luiz/Aldeota e áreas de dunas, como Via-Férrea/Engenheiros e Meireles (Figura 1). Como destacado anteriormente, esses espaços possuem grande instabilidade para ocupação podendo acarretar vários danos ambientais e sociais com sua ocupação sem planejamento e sem obras de saneamento, causando poluição dos rios e lençol freático.

Figura 1 – Localização dos abarracamentos e distritos durante a seca de 1877



Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

Além disso, os abarracamentos eram descritos como conjuntos de choupanas construídas pelos próprios migrantes, sendo geralmente situadas próximas a construções de infraestrutura. Esses alojamentos, em sua grande maioria, eram construídos com madeira e palha retiradas da Mata do Cocó sem nenhuma discussão, aparentemente, sobre a extração sustentável dos recursos (GARCIA, 2006).

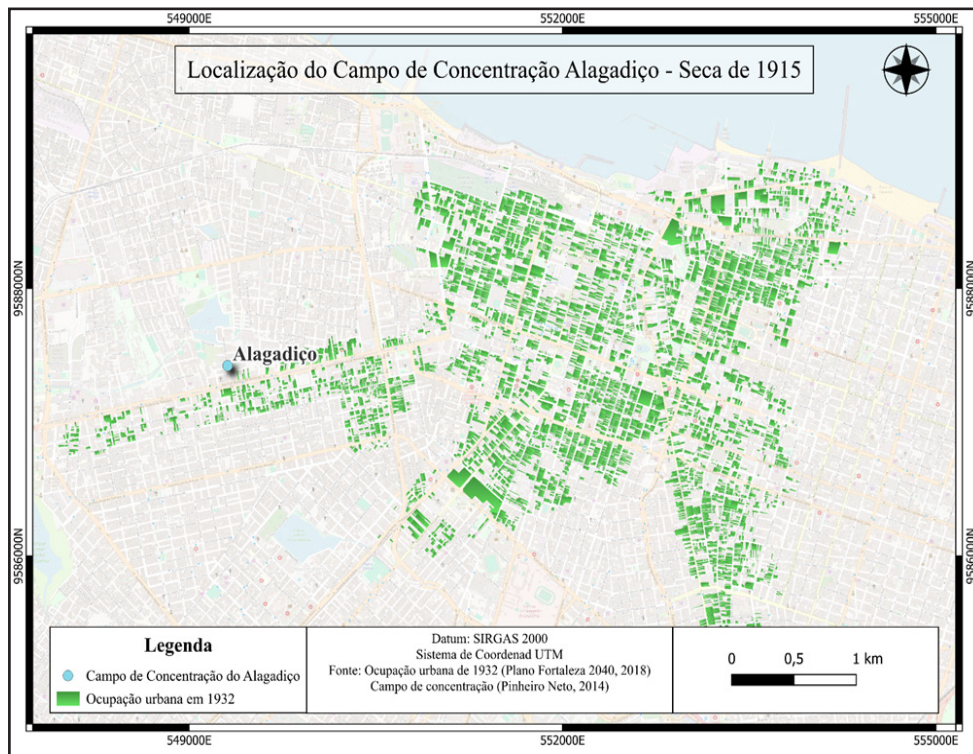
Em resumo, esses abarracamentos não possuíam nenhuma infraestrutura, sendo autoconstruções instaladas em locais sem a mínima salubridade na qual o governo influenciava a localização para que os retirantes não atrapalhassem o aformoseamento de Fortaleza. Essa situação fez com que uma epidemia de varíola hemorrágica se espalhasse pela cidade, principalmente pelos alojamentos, ceifando a vida dos sertanejos que viviam na capital (NEVES, 2005; 2002).

As “cenas de 77”, reproduzidas na memória e na literatura, assombram as camadas aburguesadas de Fortaleza, que se vêem não só física, mas culturalmente ameaçadas, pois percebem a permanência dessas epidemias como um sinal das dificuldades para o estabelecimento de uma sociedade moderna no Ceará e, por extensão, no Brasil (Neves, 2005, p. 122).

Durante a seca de 1915, a migração do sertão para a capital se intensificou novamente devido aos problemas estruturais do campo e à crise climática. Diante desse cenário, o Estado buscou formas de abrigar e afastar os retirantes do centro da cidade. No entanto, diferentemente da seca de 1877, quando foram utilizados os abarracamentos, temidos pelos sertanejos e pela elite devido à epidemia de varíola, optou-se, dessa vez, pelos campos de concentração. Destaca-se que, a implementação desses campos foi resultado da experiência anterior com a seca de 1877 e da pressão das elites fortalezenses, que alegavam preocupação com os sertanejos, mas, na prática, defendiam medidas de controle e segregação. Longe de serem espaços de acolhimento, os campos de concentração transformaram-se em locais de fome, doenças e morte, aprofundando a vulnerabilidade da população retirada de suas terras e impedida de circular livremente pela cidade (RIOS, 2020).

Diante da seca de 1915, foi criado o primeiro campo de concentração, denominado Campo de Concentração do Alagadiço (Figura 2). Localizado nas proximidades da estação de trem Otávio Bonfim, o campo abrigou cerca de 8 mil pessoas. No entanto, as precárias condições sanitárias e a falta de assistência tornaram-no um ambiente de alta mortalidade, situação semelhante à dos abarracamentos da seca de 1877 (NEVES, 2002).

Figura 2 – Localização do primeiro campo de concentração durante a seca de 1915



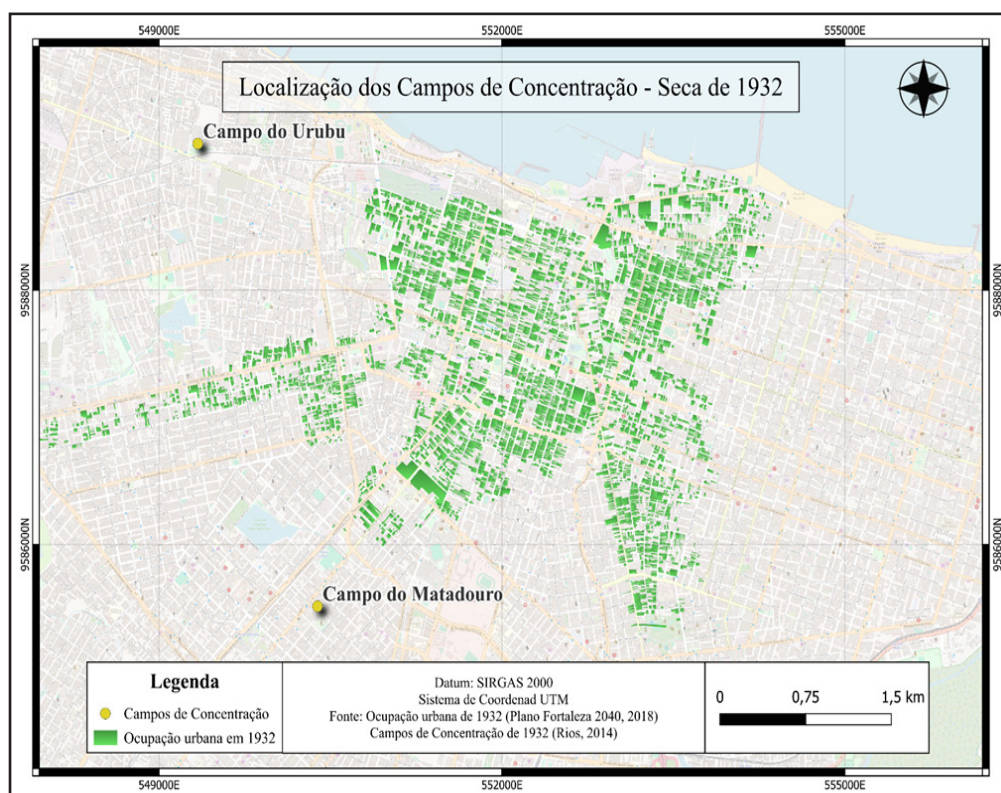
Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

A escolha da localização do campo não foi aleatória, pois se situava próximo às antigas áreas de abarracamento do Soure e do Alagadiço, estrategicamente afastado do centro da cidade. A proximidade com a estação de trem facilitava o controle sobre os retirantes, impedindo que avançassem em direção às áreas urbanizadas, como ocorreu na grande seca anterior. Dessa forma, a segregação espacial dos flagelados não apenas evitava que interferissem no projeto de modernização e embelezamento da cidade, mas também protegia a propriedade privada, a ordem pública e os valores morais estabelecidos pela elite afrancesada de Fortaleza (PINHEIRO NETO, 2014).

Após a criação do Campo de Concentração do Alagadiço durante a seca de 1915, essa política voltou a ser empregada na seca de 1932. Desta vez, foram construídos sete campos de concentração distribuídos estrategicamente pelo estado, com o objetivo de manter os sertanejos isolados e afastados da capital, o centro do poder da burguesia. Assim, os campos foram instalados nas cidades de Crato, Ipu, Quixeramobim, Cariús, Senador Pompeu e também na capital Fortaleza, sendo que,

nesta última, foram criados dois campos (Figura 3). Estima-se que aproximadamente 73.918 retirantes viveram nesses locais (RIOS, 2014; 2020).

Figura 3 – Localização dos campos de concentração da seca de 1932



Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

De acordo com o mapeamento de Rios (2014), os campos de concentração de Fortaleza em 1932 estavam localizados nos bairros do Pirambu (Campo do Urubu) e do Rodolfo Teófilo (Campo do Matadouro). O primeiro situava-se em uma região costeira com forte presença de dunas, enquanto o segundo ficava próximo à corpos hídricos. Ambos estavam estrategicamente posicionados próximos às ferrovias, com o Campo do Matadouro junto à Estrada de Ferro de Baturité e o Campo do Urubu a Estrada de Ferro de Sobral, com o mesmo objetivo dos campos de 1915, impedir que os retirantes chegassem ao centro da cidade. No entanto, muitos ainda conseguiam alcançar as ruas planejadas da capital.

Destaca-se que, durante as secas de 1877, 1915 e 1932, os migrantes tiveram um papel fundamental no aformoseamento de Fortaleza e na construção de diversas

obras importantes, como as estradas de ferro, apesar do temor que a figura do flagelado despertava. Nos alojamentos, uma das principais políticas implementadas foram as frentes de trabalho, que aproveitavam a mão de obra barata, muitas vezes em condições análogas à escravidão, para atender tanto aos interesses da elite local quanto do capital internacional (RIOS, 2014; 2020; NEVES, 2002; 2005; MONTEBELLO; SILVA, 2018). Como exposto por Rios (2014, p. 122), “para as classes dominantes, o retirante era tido como uma ameaça e ao mesmo tempo uma força produtiva de grande valor [...]”, evidenciando uma relação ambígua de medo e necessidade.

Diante do exposto, pode-se perceber que a segregação socioespacial, isto é, a concentração de determinados grupos sociais ou classes em regiões específicas da cidade (Villaça, 2001), teve início com os abarracamentos da seca de 1877 e os campos de concentração de 1915 e 1932. Nesses momentos, a elite fortalezense buscou afastar as mazelas trazidas pelos retirantes do interior, isolando-os em áreas específicas da cidade, como as regiões de dunas, no caso do Campo de Concentração do Pirambu, e as margens de corpos hídricos, como no Campo de Concentração do Alagadiço.

Os excluídos foram forçados a viver nos espaços determinados pela elite fortalezense, o mais distante possível do centro da cidade. O objetivo era evitar o contato direto com as consequências da seca e com as desigualdades que se aprofundaram após a inserção do estado na divisão internacional do trabalho. Embora esse processo tenha trazido alguns avanços econômicos, não resultou em melhorias para a população mais vulnerável. As decisões tomadas entre o final do século XIX e o início do século XX moldaram a estrutura urbana segregada de Fortaleza, criando uma cidade dividida em múltiplas realidades.

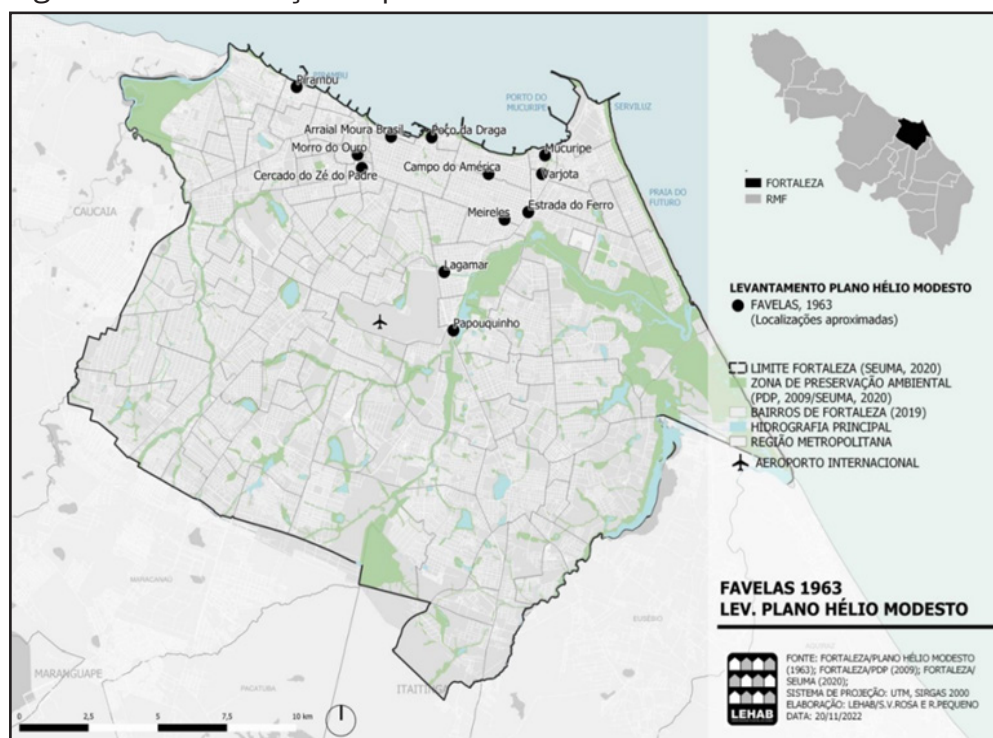
4 FORTALEZA DAS DESIGUALDADES: A SEGREGAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A partir do intenso fluxo migratório para a cidade de Fortaleza (SILVA, 1992; MATOS, 2011; ARAÚJO; COSTA, 2015) e da exclusão forçada dos retirantes pela elite e

governo (RIOS, 2014) foram surgindo as primeiras favelas. Visto que durante os três grandes períodos de secas os migrantes se fixavam na cidade de Fortaleza mesmo após o fim dos alojamentos e o início das chuvas com abundância hídrica no sertão cearense (COSTA, 2008; RIOS, 2014).

Data-se que a primeira forma de pré-favelamento se deu em 1888 na região do Arraial do Moura Brasil (ARAÚJO; COSTA, 2015), justamente onde se encontrava um dos abarracamentos (Engenheiros) durante a seca de 1877, isso por conta da permanência dos flagelados na região após o seu fim. Apesar disso, os aglomerados urbanos com características de favelas surgiram entre 1930-1955, com as favelas: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papouquinho (1950), Estrada de Ferro (1954) (Silva, 1992). Porém, apenas em 1963 foi realizado o primeiro levantamento das favelas para o Plano Diretor de Fortaleza (Figura 4), acrescentando as favelas do Pirambu, Campo do América, Poço da Draga e Arraial Moura Brasil (Pequeno, 2023).

Figura 4 – Distribuição espacial das favelas em 1963



Fonte: Rosa; Pequeno (2022)

Com base no mapeamento e nos levantamentos discutidos anteriormente, observa-se que muitos dos campos de concentração e abarracamentos deram origem a favelas, seja nos mesmos locais ou em áreas próximas (Quadro 1). A exclusão da população sertaneja, em favor de uma Fortaleza idealizada seguindo os padrões da Belle Époque, moldou diretamente a ocupação da cidade pelos migrantes e grupos mais vulneráveis. Esse processo resultou na fragmentação do espaço urbano em múltiplas realidades coexistentes, cujos efeitos perduraram ao longo do tempo.

Quadro 1 – Política de contenção dos refugiados e as favelas

Abarracamento/Campo de concentração	Favela
Campo de concentração do Pirambu (1932)	Pirambu/Carlito Pamplona
Abarracamento Engenheiros (1878)	Arraial Moura Brasil
Abarracamento do Moinho (1878)	Cercado do Zé do Padre
Lagoa Seca (1878)	Morro do Ouro
Campo de concentração do Pirambu (1932)	Pirambu/Carlito Pamplona

Fonte: Autores (2025)

Apesar de, em um primeiro momento, a seca ser o principal motivo para a vinda dos sertanejos para a capital, o crescimento atividades terciárias, a instalação de indústrias de beneficiamento do algodão e têxtil e a degradação da vida rural, fez com que o êxodo continuasse intenso (COSTA, 2008; SILVA, 1992). A cidade passa então a ser a cidade industrial e logo em seguida pela zona crítica, onde Fortaleza domina o campo e concentra a população urbana (LEFEBVRE, 2002). Esse acentuado crescimento populacional, junto a construção da exclusão social, incentivada diversas vezes pelo Estado pela pressão da elite, resultou na formação de múltiplas favelas pelo território. Além disso, Brasil (2021) adicionando nessa complexa fórmula da favelização fortalezense a mercantilização e valorização da terra urbana e a insuficiência governamental em solucionar esse grave problema habitacional urbano.

As favelas e os bairros das classes mais pobres, além de se localizarem antes um dia foram os alojamentos, elas também têm como fator a proximidade com as indústrias, ferrovias e zona portuária (CASTRO, 1977; SILVA, 1992; AMÓRA, 1978).

Isso porque, a migração ocorria por meio das ferrovias (ARAÚJO; COSTA, 2015) e a proximidade com a zona industrial, que se instalou primeiramente na região da Francisco Sá (AMÓRA, 1978), e da zona portuária, antes região da Praia de Iracema e depois na década de 1940 no Mucuripe (SILVA, 1992; MATOS, 2011), acontecia devido a proximidade dos principais espaços geradores de empregos na cidade.

Ademais, esses espaços de exclusão e isolamento constantemente estão distantes da zona central da cidade, local de oportunidade de emprego (além do industrial), renda e infraestrutura, como destacado por Silva (1992, p. 33) “o homem do campo, que se desloca em busca de melhores condições de vida na cidade, quando chega, é logo “expulso” para as periferias urbanas, ficando numa situação idêntica ou pior, que a anterior”. No entanto, as zonas segregadas também estão presentes nessas áreas centrais, com certa homogeneidade (Villaça, 2001), uma vez que essas áreas de pobreza nesses locais são possibilitadas devido a necessidade de mão de obra, como empregadas domésticas, caseiros, porteiros, jardineiros e babás, que trabalham nas residências da burguesia (ARAÚJO; COSTA, 2015).

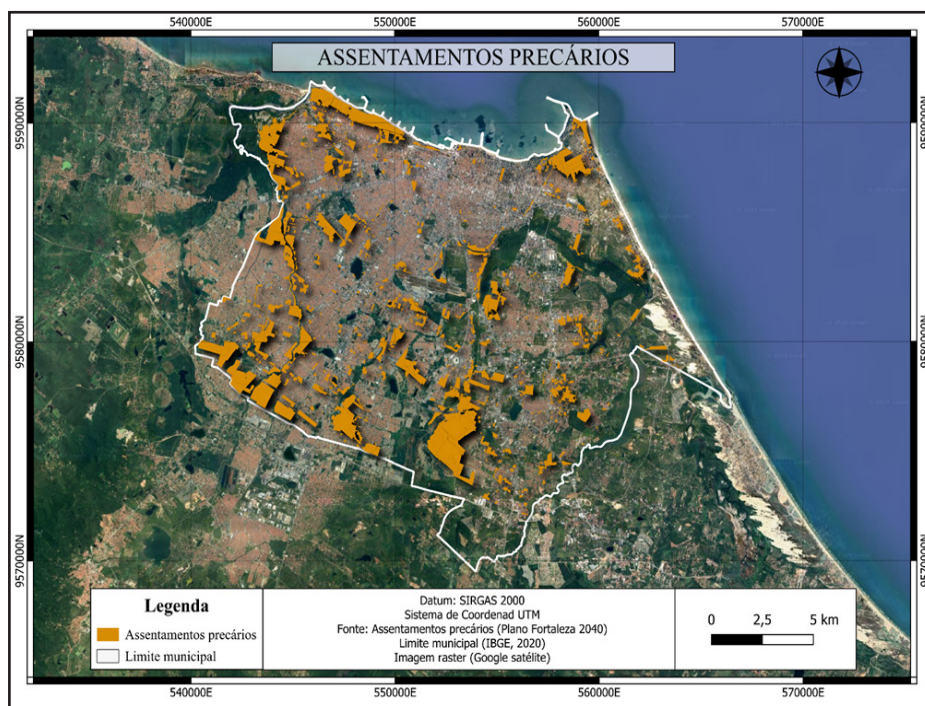
Essa situação, é muito parecida com o que acontecia com os abarracamentos e campos de concentração que apesar do medo e do distanciamento dos flagelados, eles eram importantes para as obras de embelezamentos da cidade, sendo um “mal necessário”, igualmente, acontece na contemporaneidade com as favelas inseridas em zonas nobres da cidade.

Destaca-se que os assentamentos informais e favelas de Fortaleza estão, em muitas ocasiões, localizados em áreas de alta fragilidade ambiental, como nas margens de rios, lagoas, riachos, além de dunas e faixas de praia (PEQUENO, 2023; FREITAS, 2014). Esses espaços de alta fragilidade ambiental são, muitas vezes, rejeitados pelo mercado imobiliário, e, como resultado, os pobres urbanos tendem a ocupá-los. Embora essas áreas sejam de proteção permanente (APP), a falta de fiscalização que efetivamente implemente a legislação faz com que esses espaços se tornem parte fundamental na formação dos assentamentos informais (MARICATO, 2003).

Quando sobreposto os indicadores de vulnerabilidade social e ambiental de Fortaleza é observado que as áreas de maior vulnerabilidade social estão sobrepostas com os espaços com maior vulnerabilidade ambiental. Além disso, são as margens dos corpos hídricos que mais representam essa problemática na cidade, já que as margens de rios como o Maranguapinho e o trecho sul do Cocó estão densamente ocupadas, onde a população sofre com as inundações e o rio com a poluição de suas águas, Porém as áreas de dunas, com o Morro Santa Terezinha, e próximo ao mar, como Pirambu, também sofrem com a dupla afetação de vulnerabilidade social e ambiental, devido a instabilidade do solo e avanço do mar (DANTAS; COSTA; ZANELLA, 2017).

Na contemporaneidade, existem 853 assentamentos precários mapeados pelo Plano Fortaleza 2040 (Figura 5), representando favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais, cortiços, vila social e mutirão. Por meio desse mapeamento, pode ser observado a grande concentração dos assentamentos precários nas regiões oeste, sudoeste, sul e na região portuária da cidade. Com isso, a região separada para pobreza é historicamente definida, iniciando na região oeste e se espalhando pela periferia da cidade.

Figura 5 – Assentamentos precários de Fortaleza



Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

É de suma importância nesse debate, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For) que tem como objetivo a regularização urbanística e fundiária de assentamentos informais (FORTALEZA, 2009), visto que esses assentamentos são por diversas vezes áreas faveladas, tornando as ZEIS uma importante ferramenta para melhoria da qualidade de vida da população que vive nessas áreas, levando infraestrutura e segurança fundiária para os moradores. Apesar disso, ainda existe uma grande dificuldade para regulamentação dessas zonas visto a demora para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (Pfirs), que em muitos casos são conquistados por meio da luta da população desses locais (CAPASSO; PEQUENO, 2021).

Atualmente são 12 ZEIS prioritárias para regulação fundiárias espalhadas pela cidade e algumas delas em espaços com alta pressão do mercado imobiliário para a ocupar esses espaços que estão no centro de regiões com valores do metro quadrado altíssimo ou em processo de valorização. Além disso, obras do governo também vem impactando essas zonas, como o caso da construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que causou a retirada de diversas famílias da região do Lagamar.

Além das favelas, é importante detectar a construção dos conjuntos habitacionais que por muitas vezes se tornam política habitacional segregadora, por isolarem a população para espaços nas extremidades das cidades, em áreas muitas vezes sem infraestrutura, e distante de suas moradias anteriores. Essa política habitacional foi colocada em prática mais intensamente a partir do início de 1960 através da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), sendo construído 5 conjuntos habitacionais com 2742 unidades habitacionais (Quadro 2) (MÁXIMO, 2012).

Quadro 2 – Conjuntos Habitacionais da FSSF

Conjunto	Ano	Localização
Pirambu (Ajuda Mútua)	1963	Pirambu, Centro
Santa Luzia do Cocó	1969	Aldeota Sul
Alvorada	1971	Aldeota Sul
Marechal Rondon	1972	Granja Portugal
Palmeiras	1974	Messejana

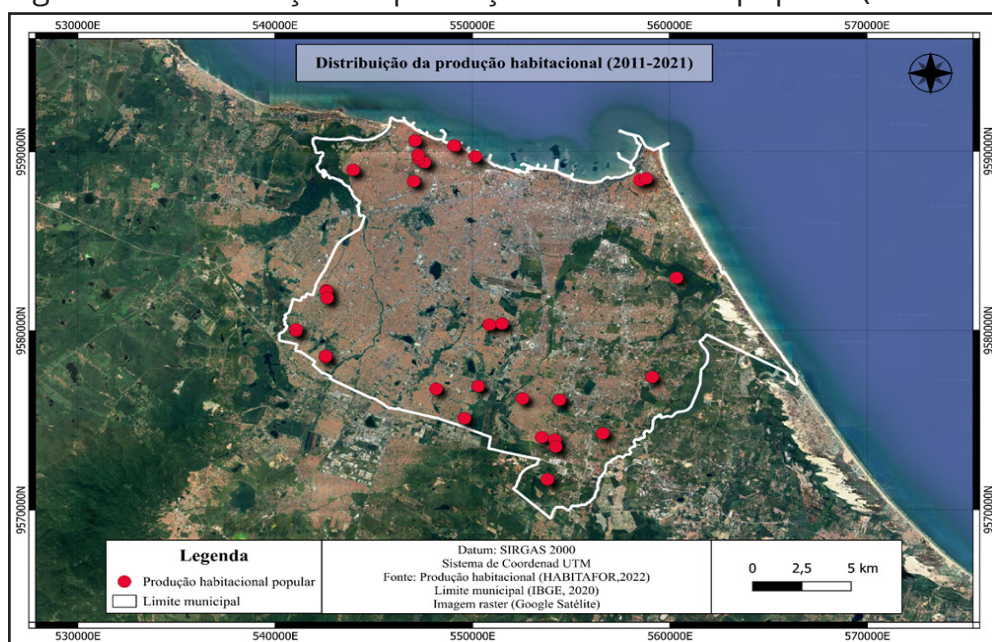
Fonte: Adaptado de Máximo (2012)

Além disso, a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) por meio da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), nas décadas de 1970 a 1980, nomeados de conjuntos-bairros visto suas grandes dimensões, fez com que a periferização dessa política torna-se mais visível, já que foram construídos os conjuntos, como Prefeito José Walter, Esperança e Ceará, nas franjas urbanas do município (MÁXIMO, 2012).

Destaca-se, que grande maioria dos conjuntos habitacionais construídos nesse período, estavam próximos do recém estabelecido Distrito Industrial de Maracanaú, sendo assim os conjuntos afastaram a população pobre das zonas centrais e valorizadas pelo mercado imobiliário e funcionando como local de mão de obra barata para a intensa industrialização que estava iniciando na região metropolitana de Fortaleza.

Atualmente, em mapeamento realizado pela Habitafor entre os anos de 2011 a 2021 foram construídos 32 conjuntos habitacionais e residências populares na cidade de Fortaleza (Figura 6), porém mantendo a ideia de isolamento da população em situação de vulnerabilidade econômica nas periferias da cidade. Dando destaque para o conjunto habitacional Cidade Jardim 1 e 2 o qual recebeu famílias realocadas de diversas áreas da cidade.

Figura 6 – Distribuição da produção habitacional popular (2011-2021)



Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

Por fim, uma questão que emerge nesse debate sobre a segregação socioespacial em Fortaleza diz respeito às características da população excluída e isolada do usufruto pleno da vida urbana. O trabalho de Ribeiro e Lima (2024) contribui significativamente para esse entendimento ao abordar o racismo fundiário na cidade, evidenciando como a questão racial está intrinsecamente relacionada ao acesso à moradia. Dessa forma, a fragmentação do espaço urbano não ocorre apenas por critérios econômicos, mas também por fatores sociais historicamente construídos. A cidade se estrutura, portanto, a partir de acessos diferenciados aos seus bens e serviços, onde não apenas a renda, mas também outras formas de desigualdade, moldam quem pode usufruir de determinadas áreas. Essa lógica reforça uma urbanização excludente, que perpetua injustiças sociais no território urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Fortaleza se desenvolveu a partir da segregação socioespacial da população vulnerável, iniciada ainda no final do século XIX e início do século XX, com os refugiados das secas sendo direcionados aos campos de concentração e aos abarracamentos. Posteriormente, esse processo se intensificou com o crescimento da população urbana pobre, filhos dessas migrações do sertão para a cidade, que passou a ocupar as favelas e conjuntos habitacionais. Essa realidade reflete um modelo de desenvolvimento urbano presente em muitas cidades subdesenvolvidas, que, em vez de enfrentar os problemas estruturais da desigualdade, busca afastá-los para as periferias, preservando as áreas valorizadas e ocupadas pela elite econômica e política.

Diante disso, torna-se difícil sustentar a afirmação de que a pobreza é a principal responsável pela degradação ambiental nas cidades, visto que a ocupação de áreas como margens de rios, lagoas, dunas e faixas de praia não ocorre por escolha, mas por uma imposição fruto tanto da lógica do capital, com seus elevados custos habitacionais, quanto da omissão ou ação direta do poder público na produção de residências populares.

Uma questão que se levanta diante desse complexo problema socioambiental urbano é se a segregação socioespacial, além dos impactos sobre a população marginalizada e da degradação ambiental associada, também influencia no acesso aos benefícios proporcionados pelos ecossistemas e não apenas sobre a exposição aos seus impactos negativos decorrentes do uso e ocupação desses espaços.

AGRADECIMENTOS

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e pela concessão de bolsa de mestrado e ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Áreas Protegidas (GIPEA).

REFERÊNCIAS

AMÓRA, Z. B. **As Transformações da Indústria de Fortaleza Face à Política de Industrialização do Nordeste**. 1978. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ARAÚJO, Rachel Vieira de; COSTA, Maria Clelia Lustosa. Da migração sertaneja ao surgimento das favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em fortaleza, ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 585 - 598, July 2015. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/495>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BITOUN, J. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. *In*: Carlos, A. F. Lemos, A. I. G. (Orgs.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 299-307.

BRASIL, A. B. Os conflitos pelo Direito à Cidade em Fortaleza: disputas entre a visão estratégica da cidade e a regulamentação das ZEIS. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 13, p. e20200341, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/BqQ5yRnmzZKMRDGSFZ7CnLQ/#>. Acesso em: 27 set. 2024.

CAPASSO, M. M.; PEQUENO, R. A falência seletiva do Plano Diretor de Fortaleza. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 23, p. 763-786, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/zTPXFZxZDpT35nfnJGKw5ss/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

Castro, J. L. **Fatores de localização e de expansão da cidade da Fortaleza**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Imprensa Universitária, 1977.

COSTA, M. C. L. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 128, p. 81-111, 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, **Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 57-74, 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade fortalezense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 122, p. 183-204, 2008. Disponível em: https://institudoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2008/08Art_Urbanizacaodasociedadefortalezense.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

DANTAS, E. W. C.; COSTA, M. C. L.; ZANELLA, M. E. **Vulnerabilidade socioambiental e qualidade de vida em Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

FORTALEZA. **Lei Complementar nº 062, de 2 de fevereiro de 2009**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Fortaleza: Gabinete da Prefeita, 2009. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismoemeioambiente/infocidade/lei_complementar_n_062_2019_plano_diretor_participativo_do_municipio_de_fortaleza.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, p. 109-125, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/s9GkrhZ8wCMkYNT9fHyv6Bp/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 5 nov. 2024.

FUCK JÚNIOR, S. C. F. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará-Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 13, p. 141-157, 2004.

GARCIA, A. K. M. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12974>. Acesso em: 2 fev. 2025.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Editora, 2014.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. (Org.). A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo v. 17, p. 151-166, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfbW9PyLxBxbNRbf/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MATOS, F. O. A cidade e o mar: considerações sobre a memória das relações entre Fortaleza e o ambiente litorâneo. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n.1, jan./abr. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59623/1/2011_art_fomatos1.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

MÁXIMO, R. **Moradia, arquitetura e cidade**: mudanças e permanências na produção da habitação social no espaço urbano metropolitano de Fortaleza. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2012.

MONTEBELLO, N. M.; SILVA, M. M. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca:(bio) políticas populacionais na consolidação do Estado moderno. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 8, n. 21, p. 60-77, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1058>. Acesso em: 30 jan. 2025.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Cuiabá, v. 8, n. 08, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, S (org.). **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 76-102.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajatória: Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 113-120, 2005.

PEQUENO, R. Quadro de mudanças da favelização de Fortaleza: marginalidade, informalidade e precariedade. **Revista de Geografia**, Recife, v. 40, n. 1, p. 282-305, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/257191>. Acesso em: 27 set. 2024.

PEREIRA, Felipe Silveira de Moraes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Fortaleza/CE, capital do Semiárido Brasileiro: dos retirantes da seca aos moradores de rua (re) produzindo o centro metropolitano. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 29-49, 2011.

PINHEIRO NETO, A. **De curral da fome a campo santo**: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12064/Armando%20Pinheiro%20Neto%201.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RIBEIRO, Maria Cristiellen Rodrigues; LIMA, Mariana Quezado Costa. Raça e terra: implicações do racismo fundiário na segregação urbana em Fortaleza-CE. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 16, p. e20230250, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/84vgQttLf4fcpS5JWNwKWwQ/?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaZYgtCVi0sGOudHuWhkIFucouNy5jHNS691CgtpkVE_4Y0I7Coo9qsoDdY_aemn2gvWHIsP3WgOkzT_w4wqg#ModalTutors. Acesso em: 5 nov. 2024.

RIOS, K. S. Condenados da Terra: o confinamento dos pobres em Campos de Concentração no Ceará, Nordeste do Brasil. **Mester**, Los Angeles, v. 49, n. 1, 2020. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3vc3v0s8>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RIOS, K. S. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SANTOS, A. P. *et al.* O lugar dos pobres as cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba v. 9, p. 430-442, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/XdmjMh8vspQpmDHpjHm4MsM/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SANTOS, J. O. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza-CE**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, J. B. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SOUZA, M. J. N. et al. **Diagnóstico geoambiental do município de Fortaleza**: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo (PDPFor). Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

Contribuições de autoria

1 – Josafá Melo Nogueira

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de São Paulo

<https://orcid.org/0009-0007-9981-7406> • josafamelo.jm@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria de dado, Investigação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

2 – Francisco Casimiro Filho

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo, Professor Titular da Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0001-9196-948X> • casimiro@ufc.br

Contribuição: Supervisão, Escrita – revisão e edição

3 – Maria Inês Escobar da Costa

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-7145-454X> • escobar@ufc.br

Contribuição: Supervisão, Escrita – revisão e edição

Como citar este artigo

NOGUEIRA, J. M.; CASIMIRO FILHO, F.; COSTA, M. I. E. DA. A influência do ontem no hoje: a segregação socioespacial construída através da história de Fortaleza. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 30, e92287, 2026. Disponível em: [10.5902/2236499492287](https://doi.org/10.5902/2236499492287). Acesso em: dia mês abreviado. ano.